

**COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO,
CONTRA O ESTADO:
OS MOVIMENTOS URBANOS E
SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS,
ENTRE A LUTA INSTITUCIONAL
E A AÇÃO DIRETA**

MARCELO LOPES DE SOUZA

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Departamento de Geografia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisador do CNPq

mlopesdesouza@terra.com.br

RESUMO

Mudanças e crises teóricas têm assinalado, de algumas décadas (e sobretudo de alguns anos) a esta parte, a necessidade de encontrar ou refinar e consolidar novos marcos analíticos para examinar e avaliar as agendas e a práxis nos processos de mudança sócio-espacial. Nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, mas ocorre que algumas se mostram apenas fraca e indiretamente dependentes da dimensão espacial da sociedade, ao passo que outras se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização. São estas últimas que merecem, no entendimento do autor destas linhas, a designação simplificada de práticas espaciais, as quais são “práticas sociais densas de espacialidade”. As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente. Trata-se, no presente trabalho de examinar as práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos emancipatórios. Interessam, portanto, as práticas espaciais que se vinculam a uma perspectiva de transfor-

mação emancipatória da realidade sócio-espacial – em uma palavra, à práxis. O artigo apresenta, inicialmente, uma discussão dos conceitos de poder (dialogando-se com Michel Foucault, Hannah Arendt e Cornelius Castoriadis) e prática espacial (partindo-se, sem pretensões de fidelidade, da contribuição de Henri Lefebvre). Na seção subsequente, oferece-se e discute-se uma tipologia das práticas espaciais insurgentes protagonizadas por movimentos sociais. A utilidade de se construir uma tal tipologia não se esgota, evidentemente, na tipologia em si mesma; faz-se mister, complementarmente, discutir os limites (contradições e obstáculos) das práticas espaciais dos movimentos, que é o que traz a última seção do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Espaciais. Cidades. Movimentos Sociais Emancipatórios. Ação Direta. Luta Institucional.

TOGETHER WITH THE STATE, DESPITE THE STATE, AGAINST THE STATE: INSURGENT SPATIAL PRACTICES, ‘MILITANT PARTICULARISM,’ AND MULTISCALARITY

ABSTRACT

The concept of spatial practice is a very important one for the purpose of thinking about the spatial dimension of power. According to neo-Marxist Henri Lefebvre – who, besides Foucault, was one of the philosophers who most profoundly paid attention to the social space – ‘(..) spatial practice consists in a projection onto a spatial field of all aspects, elements and moments of social practice (...)’ Understandably, Lefebvre discussed spatial practices at a very abstract level, as he did also in relation to the *production de l’espace* as a whole. However, for both the purposes of empirical research and strategic reasoning, it is necessary to specify different types of spatial practice and their particularities. The aim of this paper is to present and analyse some important insurgent spatial practices which have been developed and implemented by emancipatory social movements throughout the world in the framework of globalisation. The text begins with a discussion of the philosophical contributions made by Michel Foucault to the elucidation of the meaning and role of power as heteronomous power; thereafter, I will contrast Foucault’s approach to power to that of Cornelius Castoriadis’ (and secondarily to that of Hannah Arendt’s), in the context of which the possibility of an autonomous power is consistently

considered (section 1). The contributions made by Foucault and Lefebvre to the investigation of the connections between power and space, mentioned in several parts of the paper, help in offering a typology and a discussion of insurgent spatial practices (section 2) and an analysis about the limits of these practices (concluding section). I hope this paper can demonstrate the usefulness of both this typology and of a critical discussion of some problems and challenges.

KEY WORDS: Spatial Practices. Cities. Emancipatory Social Movements. Direct Action. Institutional Struggle.

“Nosotros no podemos con sus armas. Ustedes no pueden con nuestras ideas”.
Lema aprovado pela *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca*,
México, em 2007, cit. por Marbán (2008, p.123)

INTRODUÇÃO: ANALISANDO AS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA “ESTADOCRÍTICA”

Mudanças e crises teóricas têm assinalado, de algumas décadas (e sobretudo de alguns anos) a esta parte, a necessidade de encontrar ou refinar e consolidar novos marcos analíticos para examinar e avaliar as agendas e a práxis nos processos de mudança sócio-espacial.

O marxismo, referência predominante no ambiente político e intelectual radical ao longo do século passado, foi também a principal vítima da maré neoconservadora dos últimos decênios – em larga medida devido às suas próprias fraquezas e dissensões internas. Ele era e é, tipicamente, crítico do Estado capitalista, mas não da ideia de Estado em geral, pelo menos em última análise. A ambiguidade de Marx a esse respeito desaparece com Lenin e o bolchevismo (notadamente após a Revolução Russa), visceralmente comprometidos com a problemática ideia de um “Estado socialista”. Porém, não só com o bolchevismo, que foi uma espécie de epítome do marxismo militante ao longo do século XX: também com a maior parte do “marxismo ocidental” acadêmico, o qual apenas raramente tentou, de verdade, superar a ambiguidade marxiana de uma forma muito diferente da do leninismo.

O anarquismo clássico (século XIX até os anos 30 do século XX) foi, de sua parte, tipicamente “estadófobo”, ao repudiar toda e qualquer utilização de

instâncias de poder ou recursos estatais com o fito de acumular forças, ganhar tempo ou evitar uma situação de completo isolamento. A rejeição taxativa dos anarquistas clássicos a tudo que representasse ou simbolizasse o aparelho de Estado fica emblematicamente caracterizada pela tradicional recusa em participar do Parlamento ou de cargos executivos, não somente por meio de candidatos (o que, na maior parte dos países, os obrigaria, ainda por cima, a aderir à forma-partido, a qual só faz sentido à luz de uma estratégia de “tomada do poder estatal” e de ocupar posições no Estado), mas também boicotando as eleições. Eis um dos pontos em que o anarquismo clássico diferia do marxismo-leninismo – e mesmo de correntes um pouco menos autoritárias do marxismo militante, como os luxemburgistas –, aberto como este sempre esteve à possibilidade de participar do “Parlamento burguês” (ou do aparelho de Estado em geral, além de sindicatos reformistas) como um expediente tático.

Entre o final dos anos 30, com a derrota dos anarquistas (e “republicanos” em geral) durante a Guerra Civil Espanhola, e os anos 60, as ideias e práticas libertárias tiveram pouquíssimo espaço e influência. As revoltas estudantis dos anos 60 marcaram o ressurgimento dessas ideias e práticas. O contexto era, porém, mais complexo e diversificado: ao lado de autores e movimentos neoanarquistas, explícitos em sua busca de filiação a uma linhagem que remontava aos anarquismos clássicos de Proudhon, Bakunin, Kropotkin etc. – caso de Murray Bookchin, para ficar em um único exemplo –, emergiram ou consolidaram-se também outras posições radicalmente autogestionárias. A um só tempo anticapitalistas e não-marxistas, estas últimas, no entanto, levantavam ressalvas importantes relativamente ao legado intelectual e político do anarquismo clássico: é o caso do pensamento autonomista, que se apresentou, de acordo com o país, com nuances próprias, sendo representado, na França, sobretudo por Cornelius Castoriadis (principal nome do grupo *Socialisme ou Barbarie*), e, na Itália, pela corrente política e intelectual denominada *Autonomia Operaia*.

A partir dos anos 90, novos movimentos sociais, em particular na América Latina, elevaram a ideia de autonomia a uma posição de destaque. Muito embora tal ideia costume ser compreendida de modo menos profundo e complexo do que, por exemplo, nos escritos político-filosóficos de Castoriadis, a radicalidade da mensagem é bastante evidente, mantendo-se a tradição de recusa simultânea tanto do Estado capitalista (e do capitalismo em geral) quanto de soluções e formas de organização hierárquicas/verticais. Mais influenciados

por referências diretas ou indiretas do anarquismo clássico que do pensamento autonomista de um Castoriadis, o “autonomismo” presente em movimentos sociais latino-americanos (como parte dos *piqueteros* argentinos) exprime-se em termos não raro “estadófobos”, apesar de, na prática, algumas organizações de movimentos terem sabido aproveitar mais ou menos bem as possibilidades oferecidas por certas negociações com o Estado, conquanto não sem riscos.¹ Além do mais, assim como os anarquistas clássicos também o faziam, da mesma forma os “autonomistas” latino-americanos e seus principais intérpretes (como Raúl Zibechi [2003, 2007]) geralmente acalentam uma visão reducionista e suspeitosa da própria ideia de poder. Ainda que não seja sempre restringido ao poder estatal, o poder aparece, quase sempre, como algo em si mesmo ruim, e fica claro que, nas mentes desses ativistas e intelectuais, a sombra do Estado continua a se fazer excessivamente presente no que tange à modelagem dessa ideia.²

Diversamente, Castoriadis havia, persuasivamente, recusado a interpretação anarquista do poder, ainda que o seu autonomismo estivesse, em aspectos éticos essenciais, muito próximo do legado do anarquismo clássico (coisa que Castoriadis nunca esteve muito disposto a reconhecer). O autor deste artigo

¹ Sobre isto pode ser citado, em primeiro lugar, o caso dos *Planes*, subsídios oferecidos pelo governo de Néstor Kirchner para tentar apaziguar os *piqueteros*. Estes conseguiram que os *Planes* fossem geridos pelas próprias organizações dos movimentos, recursos com os quais puderam financiar várias atividades, sem perder de vista, pelo menos em alguns casos, a importância da autonomia e da autossustentabilidade de suas atividades e de seus circuitos econômicos alternativos. Em segundo lugar, servem de ilustração, também na Argentina, as “*leyes de expropiación*”, que serviram como um respaldo jurídico para o movimento das *empresas recuperadas* (ocupação produtiva de fábricas e outras empresas falidas e abandonadas por seus proprietários). O fato de que o movimento das *empresas recuperadas* se acha atualmente bastante “amansado” e um tanto enfraquecido se deve, basicamente, a contradições internas, e não à abertura arrancada ao Estado por meio da legislação mencionada; da mesma maneira, é bem verdade que o movimento *piquetero* se encontra largamente, embora de modo algum totalmente cooptado pelo kirchnerismo, que passou a utilizar crescentemente a distribuição de *Planes* segundo critérios políticos casuísticos – premiando apaniguados e punindo adversários –; no entanto, também aqui seria um equívoco atribuir aos *Planes*, que ao menos no início envolveram uma dinâmica de negociação e exigência diferente do que ocorre com típicas políticas públicas compensatórias neopopulistas, a responsabilidade pelo atrelamento estatal, partidário e sindical de grande parte dos *piqueteros*, mais do que à presença de debilidades e fraturas no interior do próprio movimento.

² O que não impede que se incorra em contradições, que vão desde um excesso de condescendência (ou ambiguidade) em face um governo como de Hugo Chávez até o esforço de John Holloway, radicado no México e interlocutor privilegiado de tantos intelectuais latino-americanos, para compatibilizar a tese libertária de “mudar o mundo sem tomar o poder” com a tradição marxista (e sem dialogar com o anarquismo, o neoanarquismo ou o pensamento autonomista europeu!) (cf. HOLLOWAY, 2005).

acredita que a compreensão castoriadiana do poder é particularmente rica e complexa em comparação com o legado de outros observadores e pensadores, por ser, a um só tempo, crítica e flexível. Senão, vejamos.

Michel Foucault, por exemplo, nos legou um conjunto de reflexões extremamente agudas e marcantes a respeito de práticas de opressão e controle, reflexões essas emblematicamente representadas pela obra *VIGIAR E PUNIR* (vide FOUCAULT, 1986), mas também presentes em vários outros textos e em numerosas entrevistas (FOUCAULT, 1984, 2008). Entretanto, ele concentrou-se sobre o poder heterônomo. Com isso, tacitamente, ele se perfilava com a tradição do anarquismo clássico (e, cada vez mais, do próprio senso comum) de enxergar o poder como algo essencialmente suspeito – e isso apesar de Foucault, diferentemente dos anarquistas do século XIX, ter ampliado o conceito de poder para muito além do Estado, passando a englobar também o seu nível “microfísico” (FOUCAULT, 1984, 1986), além de ter salientado não ser correto restringir o poder a uma apreensão meramente negativa, enquanto proibição, censura etc., entendendo-o como estando igualmente envolvido na produção de eficiência e disciplina (visão menos restrita que ele adotou a partir de *VIGIAR E PUNIR*). Foucault não ignorou completamente os “contrapoderes”... Apenas nem de longe os explorou tão profunda e sistematicamente quanto o fez em relação ao poder heterônomo – a ponto de ter marcado a imagem do poder, como já se disse, quase tão negativamente quanto os anarquistas clássicos. É sintomático que ele quase não fale em “contrapoder”, preferindo “contraconduta” (*contre-conduite*) para designar as lutas contra um poder opressor (FOUCAULT, 2008, p. 266) – às quais ele, em todo caso, não chegou a dar atenção extensa ou sistemática –, uma vez que “contrapoder” significa um poder que é exercido em oposição a outro poder, e não a negação pura e simples do poder (ou seja, “contrapoder” é diferente de “antipoder” ou “não-poder”).³

Vários autores tiveram uma visão menos negativa do poder, sem que, por isso, sejam classificáveis como conservadores. Esse é o caso, por exemplo, de Hannah Arendt, a qual legou reflexões fundamentais sobre o assunto (ARENDR, 1983, 1985). Antes de Foucault, tinha ela já reconhecido claramente que o poder não é uma “coisa”, algo que se armazena ou possui, diferentemente dos instrumentos de violência:

³ Uma das raras ocasiões em que ele utiliza a palavra “contrapoder” é em Foucault (1986, p. 193).

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDDT, 1985, p. 24).

Poder e discurso – atos e palavras – não podem ser divorciados um do outro. O poder existe apenas no contexto da ação (ARENDDT, 1983, p. 212). O poder não possui somente uma face ligada à dominação ou à hierarquia/verticalidade (como no caso das três “tecnologias de poder” esquadrinhadas por Foucault: soberania, disciplina e segurança, incluídos na última o “bio-poder”, e as versões contemporâneas do “poder pastoral”), mas também uma outra, associada à horizontalidade, a qual pode ser exercida no espaço público, implicando um reforço da esfera pública em sentido forte. Além do mais, a construção de um poder popular (como contrapoder, podemos acrescentar) não pode ser dissociada da resistência contra um poder opressor; e aquele poder, que emerge da rebelião popular contra governos vistos como ilegítimos, pode, teoricamente, opor-se com sucesso mesmo contra forças materiais superiores e o uso da violência pelos opressores (ARENDDT, 1983, p. 213). Uma das notáveis contribuições de Arendt para a conceituação adequada do poder na qualidade de um aspecto específico das relações sociais consiste nas distinções que ela brilhantemente estabeleceu entre o poder e outros conceitos, tais como vigor, força e autoridade, mas, principalmente, violência (ver ARENDDT, 1983, p. 212-213, 1985, p. 23-25). Quanto a esta última, não deixa de ser um problema que “embora sejam fenômenos distintos, [violência e poder] geralmente apresentam-se juntos” (ARENDDT, 1985, p. 28). Seja lá como for, o poder “(...) é inerente à própria existência de comunidades políticas” (ARENDDT, 1985, p. 28). Ele é, por conseguinte, onipresente. Onde há sociedade, há poder.

Cornelius Castoriadis, entretanto, foi aquele que mais profundamente redefiniu o poder em um sentido ao mesmo tempo não-negativo e libertário: o poder autônomo (CASTORIADIS, 1975, 1983a, 1990, 1996, 1999). Autonomia implica uma democracia radical – ou, como Castoriadis várias vezes insistiu, uma autêntica democracia, simplesmente –, a qual teria pouco ou nada a ver com as modernas “democracias” representativas (ou, em suas palavras,

“oligarquias liberais” [CASTORIADIS, 1999, p. 149]). Mas, o que a autonomia significa, mais especificamente?

Autonomia: *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo, as suas leis. (...) Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? (...) A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. (...) Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia como tal (não somente porque ela é “boa para mim”), o que, evidentemente, nenhuma “demonstração” pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito (...) (CASTORIADIS, 1990, p. 131-134).

Evidentemente, Castoriadis sabia perfeitamente que o poder consiste – para empregar a definição essencial oferecida por Voltaire e citada por Hannah Arendt em seu ensaio DA VIOLÊNCIA (ARENDDT, 1985, p. 20) – “em fazer com que os outros ajam como eu quero”. E, de maneira complementar, conforme o mesmo Voltaire expressou em outro momento, “a liberdade, então, nada mais é que o poder de fazer o que eu desejo fazer”. É importante notar, todavia, que a liberdade não se circunscreve à liberdade de um indivíduo para fazer coisas sozinho; a liberdade para realizar coisas junto com os outros – isto é, como membro de um grupo – não é menos importante.⁴ Como Castoriadis esclareceu, o poder é “(...) a capacidade, para uma instância qualquer (pessoal ou impessoal), de levar alguém (ou várias pessoas) a fazer (ou a não fazer) o que, entregue a si mesmo, ele não necessariamente faria (ou talvez fizesse) (...)” (CASTORIADIS, 1990, p. 118). O poder tem muito a ver com persuasão, mas não necessariamente com mentiras, trapaças e prevaricação – e ainda menos

⁴ Castoriadis salientou esse fato várias vezes (ver, por exemplo, CASTORIADIS [1983a, p. 16]), mas essa sabedoria já estava presente na conceituação do poder em Hannah Arendt, quando ela ressalta que o poder “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (ARENDDT, 1985, p.24).

com chantagem, intimidação e qualquer forma de coerção explícita. Em uma sociedade verdadeiramente democrática, a liberdade para fazer o que eu quero (incluindo a liberdade de persuadir outros) e a possibilidade de ser persuadido por outros sobre os fundamentos de um genuíno diálogo e na ausência de assimetrias de poder estruturais não são exigências contraditórias entre si.

Infelizmente, contudo, Castoriadis não deu a devida atenção ao espaço social. Suas alusões à espacialidade são episódicas e marginais. Ele compreendeu a importância do espaço, aqui e ali, empiricamente (como em CASTORIADIS, 1983b), mas tipicamente subestimou a sua relevância e a sua complexidade, no plano teórico-filosófico, em favor do tempo (da história), geralmente (como em CASTORIADIS, 1975) reduzindo a espacialidade ao universo de questões da Matemática e da Física, sem valorizar o espaço propriamente social. Nesse sentido, Foucault, em contraste, tem muito a dizer: ele foi, entre os filósofos, e ao lado do neomarxista Henri Lefebvre, um dos que mais valorizaram a dimensão espacial da sociedade, em particular na sua vinculação com o poder heterônomo: a prisão e o panóptico, o hospício... “Espacializar” o projeto de autonomia (*projet d'autonomie*) é uma tarefa fundamental e que complementa decisivamente a herança intelectual de Castoriadis e de outros intelectuais libertários (autogestionários e [neo]anarquistas), conforme o autor do presente texto argumentou em diversas ocasiões anteriores (cf. SOUZA, 1996, 1997, 2000a, 2000b, 2006a).

Mas qual é, afinal de contas, a importância da dimensão espacial da sociedade? Registre-se, para começo de conversa, que a suprarreferida “espacialização” do projeto de autonomia possui numerosos aspectos, sendo que algumas das questões iniciais e mais fundamentais têm a ver com a escala geográfica. Um fato básico é a conveniência de, com a ajuda da dimensão espacial, não deixar dúvidas quanto à acepção de “autonomia” ora empregada: constitui uma usurpação o uso da palavra para designar certos processos de autoenclausuramento ou separatismo (como uma minoria que se autosegrega em seus “condomínios exclusivos”/*gated communities/barríos cerrados*, tentando se afastar o mais possível dos pobres, cuja presença é desagradável e mesmo tida como “ameaçadora”, mas de quem, ao mesmo tempo, se depende na qualidade de empregados domésticos, funcionários, operários etc. [SOUZA, 2000a, p. 206-207, 2006a, p. 76]). Usurpação, sim, porque se trata, ali, de uma “autonomia” conseguida às custas da heteronomia em uma escala mais ampla, o que é eti-

camente indefensável e politicamente inconsistente, pois nada tem a ver com justiça e liberdade. Acrescente-se a isso o problema do entrosamento político-espacial entre aqueles que defendem agora a construção de uma sociedade autônoma ou, em uma hipotética sociedade não-heterônoma do futuro, lograram já edificar instituições que representam um elevado grau de autonomia: como articular com justiça e eficiência os processos decisórios, diante de necessidades que envolvem a cooperação entre agentes variados e a consideração de questões referentes a espaços e escalas distintos? Princípios e linhas gerais já vêm sendo ensaiados, e devem, de toda sorte, ser discutidos já agora (como o autor tentou, principalmente, em Souza [2006a]), mas cabe à práxis (re)inventar, sempre, as soluções concretas, que decerto não haverão de ser uniformes e invariáveis.

É até ocioso ressaltar, de todo modo, que a relevância da dimensão espacial da sociedade vai muito além de qualquer projeto político-social em particular. Os debates e os estudos das últimas décadas entre os geógrafos de formação, e em meio ao diálogo entre estes e outros cientistas sociais e, acima de tudo, com filósofos como Henri Lefebvre, permitiram que se consolidasse, como um patrimônio intelectual, a convicção de que o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais, muito embora esse papel de condicionamento seja compreendido de modo felizmente não-determinista. À luz disso, segue-se que pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (não somente o substrato material, mas os territórios e as “imagens de lugar”) seria um contrassenso. A mudança da sociedade concreta não há de ser apenas uma mudança das relações sociais, mas também uma mudança do espaço social. Terá, por conseguinte, de ser uma mudança socioespacial. As práticas orientadas nessa direção não deverão ser apenas práticas sociais sem conteúdo espacial ou espacializante explícito; práticas espaciais se fazem imprescindíveis, e é por isso imprescindível elucidá-las e valorizá-las.

O conceito de prática espacial, bastante marcado pela contribuição de Henri Lefebvre, assume aqui importância decisiva. De acordo com ele, “a prática espacial [grifo do autor] consiste em uma projeção ‘sobre o terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social [idem]” (LEFEBVRE, 1981, p. 14). Muitas páginas adiante (na pág. 48), vem a afirmação de que a prática espacial “secreta” (*secrète*) o seu espaço; “ela o põe e supõe, em uma interação dialética: ela o produz lenta e seguramente ao dominá-lo e ao dele apropriar-se”. Não é à toa, portanto, que, como ele assevera na mesma página,

“a prática espacial de uma sociedade se descobre ao decifrar-se o seu espaço.” A prática espacial, aliás, engloba “produção e reprodução, locais específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social” (LEFEBVRE, 1981, p. 42). Ao mesmo tempo, “no neocapitalismo (...) a prática espacial (...) associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade quotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os caminhos e redes ligando os locais de trabalho, da vida ‘privada’, do lazer)” (LEFEBVRE, 1981, p. 42). No presente artigo, a fonte original lefebvriana a propósito do conceito de “prática espacial” não é tomada com preocupações de fidelidade ao pensamento do grande filósofo francês. Como é compreensível que ocorra quando uma contribuição filosófica poliniza a atividade de investigação sistemática de um pesquisador, o referido conceito aparece, aqui, reciclado e recontextualizado, transformado no contato e sob a influência de referências outras.

Nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, mas ocorre que algumas se mostram apenas limitadamente dependentes da dimensão espacial da sociedade, ao passo que outras se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização. São estas últimas que merecem, no entendimento do autor destas linhas, a designação simplificada de práticas espaciais, as quais são “práticas sociais densas de espacialidade”.

As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (ou seja, do *nómos*, ou dos *nómoi*) – em uma palavra, à heteronomia – , quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente – em uma palavra, à autonomia. Dado que o poder heterônimo tem, de longe, prevalecido na história da humanidade, da mesma maneira as práticas espaciais dirigidas pelos grupos e classes dominantes (e executadas em larga medida pelos próprios dominados) têm tido um evidente papel de destaque na modelagem da ordem sócio-espacial do mundo. Heterônimos são aqueles tipos de espaços (ou as espacialidades) produzidos por práticas espaciais que são caracterizadas, no nível do poder explícito, pela imposição do *nómos* de cima para baixo ou de fora para dentro, e, no nível do “infrapoder implícito” (o qual remete às “mensagens subliminares”, ao imaginário), pelo peso da transcendência (fontes e justificativas extrassociais do poder) e

pela alienação.⁵ As práticas espaciais heterônomas têm-se apresentado de muitas maneiras e formas diferentes, sempre visando à submissão, ao “adestramento”, ao “amansamento” (ou mesmo à “domesticação”) e ao enquadramento subalterno dos corpos e das mentes (ou, para usar as três categorias-chave de Hannah Arendt, do labor, do trabalho e da ação [ARENDDT, 1983]). Tais práticas espaciais coercitivas e “liberticidas” (às vezes também punitivas) foram e têm sido, concretamente, de diversos tipos – de dispersão, de (auto)[s]segregação, de confinamento, de interdição de acesso, de monopólio ou oligopólio de recursos espaciais, de organização espacial da exploração do trabalho (e, no limite, de trabalhos forçados), de indução de comportamentos por meio de signos inscritos no espaço e de adoração, mediante a constituição de espaços específicos, de fontes de poder transcendentais –, agrupáveis, por exemplo, com a ajuda dos grandes conjuntos de “tecnologias de poder” radiografados por Foucault (a saber, a soberania, a disciplina e a segurança/a biopolítica/a governamentalidade [ver, entre outros trabalhos, FOUCAULT, 1984; 1986; 2008]).

No presente trabalho, porém, as práticas espaciais que interessam são outras. Trata-se, aqui, de examinar justamente as práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos emancipatórios.⁶ Importam, portanto, as práticas espaciais

⁵ Poder explícito (*pouvoir explicite*) e “infrapoder implícito” (*infra-pouvoir implicite*) são dois conceitos tomados de empréstimo a Castoriadis (1996). O poder explícito se refere às instituições de tomada de decisão (de governo, em sentido amplo – o que inclui o autogoverno radicalmente democrático), ao passo que o “infrapoder implícito” tem a ver com a força de inércia e com a influência das “significações imaginárias sociais” (valores éticos, crenças religiosas, mitos, *Weltanschauungen*, tabus etc.) que sustentam a sociedade instituída. No caso de “significações imaginárias sociais” heterônomas, ele diz respeito a valores, normas e convenções que, independentemente das (mas complementariamente às) instituições do Estado, condicionam a vida social em conformidade com necessidades de exploração, alienação e controle social.

⁶ Esclareça-se que, assim como vários outros autores, também o autor destas linhas reserva a expressão movimento social para um tipo particularmente crítico de ação coletiva (tradição que remete a nomes como Alain Touraine [ver p.ex. TOURAINE, 1973] e Manuel Castells [vide p.ex. CASTELLS, 1972, 1983]). Contudo, isso jamais foi consensual. Muitos pesquisadores a têm utilizado de maneira indiscriminada, fazendo-a englobar tanto realidades como associações de moradores clientelistas e/ou “paroquiais” quanto movimentos sociais que visam explícita e conscientemente a transformações sócio-espaciais profundas. Às vezes, até mesmo formas de ação coletiva como quebra-quebras e saques são incluídas. Em contraposição a esta segunda tradição, o presente autor vem, desde meados dos anos 80, advogando uma distinção conceitual entre, de um lado, ativismos sociais em geral (que são um tipo de ação coletiva caracterizado por uma duração não-efêmera – no que se diferenciam, por exemplo, de quebra-quebras de protesto – e um caráter fortemente público – no que contrastam com os *lobbies*), e, de outro lado, movimentos sociais em sentido estrito (que seriam uma modalidade particularmente ambiciosa de ativismo social; ou seja, um subconjunto de um tipo mais amplo de ação coletiva, os activismos sociais). (Uma justificativa atualizada dessa distinção encontra-se em Souza [2006, p. 273 e

que se vinculam a uma perspectiva de transformação emancipatória da realidade socioespacial – em uma palavra, à práxis.⁷

O ponto de vista que embasa esta empreitada é aquele que o autor propôs chamar-se “estadocrítico”, para diferenciá-lo das perspectivas “estadófobas” (SOUZA, 2008a, p. 44). A perspectiva “estadocrítica” advogada pelo autor deste artigo é profundamente tributária do pensamento autonomista de Cornelius Castoriadis, partilhando com esse pensamento a crítica do Estado capitalista e, para além disso, da ideia de Estado em geral – uma das razões, ao lado de outras (ver, sobre isso, p.ex. CASTORIADIS, 1975, 1983a, 1983b, 1985a e 1985b; SOUZA, 2006a), para uma oposição ao marxismo típico, e muito particularmente ao marxismo militante hegemônico, leninista. Essa perspectiva, entretanto, guarda uma distinção necessária entre o aparelho de Estado, enquanto estrutura, e o governo, apreensível enquanto conjuntura. O Estado, concordando com o neomarxista Nicos Poulantzas, não seria nem o “árbitro neutro” da ideologia liberal nem o “comitê executivo da burguesia” do marxismo-leninismo ortodoxo; ele seria, isso sim, uma “condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1985, p. 147) – ou, mais amplamente ainda, entre grupos sociais –, sendo os conteúdos políticos concretos das práticas das instituições estatais derivados largamente das correlações de forças existentes na sociedade. Isso não elimina, decerto, que, de um ponto de vista afinado com o pensamento de Castoriadis, se compreenda que o Estado é uma estrutura heterônoma.⁸ Apenas

segs.]). Sem embargo, ao contrário de autores que se inclinam ou parecem propensos a atribuir aos movimentos sociais sempre um conteúdo emancipatório, o presente autor não crê que essa postura seja razoável ou empiricamente sustentável, por equivaler a uma ideologização excessiva e indevida, que estreita o escopo do conceito. Movimentos objetivando transformações sócio-espaciais profundas não precisam, obrigatoriamente, estar animados por ideais “iluministas” ou emancipatórios; sua oposição ao *status quo* pode ter um sentido passadista e nostálgico, com fundo religioso ou laico. Daí a importância de acrescentar o adjetivo emancipatórios, para demarcar melhor aquilo que é o objeto central das preocupações deste trabalho.

⁷ Assim como nem todo movimento social possui um conteúdo emancipatório, da mesma forma as práticas espaciais (ou as práticas sociais em geral) não contribuem, necessariamente, para a práxis, podendo ser até mesmo a sua antítese (que é o que se dá com as práticas heterônomas). Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 36 e segs.) oferece uma lista de práticas espaciais que, longe de ser exaustiva, é apenas um dos caminhos possíveis para identificar e classificar as referidas práticas; ademais, aquelas ali apontadas (seletividade espacial, antecipação espacial, marginalização espacial etc.) são ilustradas, principalmente, por exemplos relativos ao planejamento e às operações de uma empresa capitalista, muito embora, evidentemente, seu alcance a isso não se restrinja.

⁸ E é por isso que não se deve acalentar qualquer ilusão em relação a ele. O Estado pode não ser um “comitê executivo da burguesia”, mas sua essência reside na manutenção da ordem heterônoma, da qual ele é a principal expressão (ainda que não necessariamente a primordial) e um sustentá-

abre a possibilidade de enxergar que essa estrutura não se manifesta, concretamente, como uma espécie de monólito sem fissuras. Existindo em uma sociedade marcada por conflitos e contradições, na qual os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra)poderes e desenvolvem (contra)projetos, o Estado é sujeito, ele mesmo, a, conjunturalmente, apresentar fortes contradições internas. Tais contradições oferecem pontos vulneráveis e potencialidades a serem eventualmente explorados pelos movimentos sociais: brechas legais, instâncias participativas oficiais, recursos públicos.

A utilização dessa margem de manobra não há de se fazer, sem dúvida, sem muita cautela, exatamente porque não se deve esquecer que, estruturalmente, o Estado não serve à liberdade, mas sim à sua restrição e, em situações-limite, à sua supressão. Dependendo das circunstâncias, se for possível avaliar que os ganhos materiais e até mesmo político-pedagógicos da luta institucional tendem a ser superiores às eventuais perdas (quanto a estas, é preciso ter em mente, acima de tudo, o risco perene de “cooptação estrutural” [SOUZA, 2006a, p. 454 e segs.]), coisas como o envolvimento com canais participativos instituídos pelo Estado podem complementar a ação direta – resguardada, sempre, a maior independência possível das organizações dos movimentos em face do aparelho de Estado.⁹ Ou seja: a luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, subordina-se a ela, assim como a tática se subordina à estratégia, e não o contrário. Na fórmula “com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado”, empregada pelo autor em diversos trabalhos anteriores,¹⁰ são os dois

culo imprescindível. Para (re)estabilizar o *status quo*, suas instituições poderão (e deverão) tolerar e absorver o tolerável, assimilar derrotas, fazer concessões e ceder a pressões populares, mas ele sempre estará à espreita para converter debilidades conjunturais em reforço de seu “sistema imunológico” – isto é, de sua capacidade de renovar-se e de aprender com os fracassos e de cooptar. Assim, toda prudência é pouca...

⁹ Para evitar mal-entendidos: enquanto a ação direta compreende as práticas protagonizadas pelos movimentos sociais, com finalidades de protesto e de construção de alternativas, independentemente do Estado e mesmo afrontando-o e desafiando-o, a luta institucional, de um ponto de vista libertário, diz respeito às práticas em que os movimentos sociais, para promover certos objetivos, se utilizam, taticamente, de determinados canais instituídos pelo Estado em conjunturas favoráveis, mas jamais traduzindo-se na adesão à forma-partido ou na aceitação de cargos em governos, em qualquer escala. Os objetivos da luta institucional não partidária são, por exemplo, os seguintes: evitar, em algumas situações, o isolamento dos movimentos; influenciar o conteúdo de políticas públicas, planos, orçamentos públicos e dispositivos legais, por meio de negociação; acessar fundos públicos, desde que isso não crie laços permanentes de dependência econômica em relação a governos.

¹⁰ Tal fórmula já havia sido claramente esboçada em Souza (2000a, p. 327). De maneira mais amadurecida, foi apresentada em Souza (2002, p. 525) e, principalmente, em Souza (2006a, p.195,

últimos ingredientes – e principalmente o último – que devem predominar, de um ponto de vista que leve a sério o risco da cooptação e degeneração dos movimentos e que assuma a necessidade de uma mudança sócio-espacial profunda como pré-requisito para se poder falar em maior justiça social e melhorias substanciais da qualidade de vida da maior parte da população (e, por via de consequência, em desenvolvimento sócio-espacial) com rigor e consistência.

É essa possibilidade de compreensão estratégica profundamente crítica em relação ao Estado e extremamente exigente no que se refere a qualquer utilização de canais ou instâncias estatais que distingue o pragmatismo necessário a um olhar autonomista “estadocrítico” do tipo de oportunismo de figurino bolchevique, para o qual não se trata apenas de se relacionar com o Estado por estrita necessidade tática, mas sim de buscar tomá-lo, conquistá-lo – com o objetivo de, posteriormente, “reciclá-lo” e construir um “Estado socialista”... A partir de uma perspectiva libertária “estadocrítica”, ao mesmo tempo em que se incorporam uma crítica e uma prudência essenciais em relação ao aparelho Estado, aceita-se que é impossível, simplesmente, ignorá-lo, ou mesmo desconhecer que iniciativas estatais ou patrocinadas pelo Estado podem, às vezes (via de regra quando fruto de pressão de baixo para cima), ter efeitos potencialmente positivos para a luta emancipatória. Este tipo de possibilidade é, em geral, muito pouco comum, ao menos de um ponto de vista realmente exigente; mas é bastante variável conforme o país, a cidade e o momento histórico. Uma ilustração foi já oferecida na nota 1: os *Planes* argentinos, abraçados pelos *piqueteros* sem que, com isso, todos estes tenham necessariamente ficado reféns do Estado (embora, como também já foi dito, grande parte do movimento tenha, de fato, caído na armadilha). Outro exemplo latino-americano, bem diferente, vem do Brasil: o orçamento participativo de Porto Alegre, nos anos 90 (o qual, se degradingolou de vez após a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2004, já vinha, antes disso, dando sinais de uma certa crise ou “perda de fôlego” [SOUZA, 2006a, p. 240 e segs.]). Apesar de trazer o risco de um “enquadramento” dos movimentos sociais em uma dinâmica estatal, o orçamento participativo da capital gaúcha, a despeito de seus defeitos e limitações, não merece, mesmo de um ângulo de análise extremamente exigente, um julgamento simplisti-

330 e 591-592 e 2006b).

camente desfavorável. (O próprio Castoriadis, note-se, não deixou de perceber que conjunturas favoráveis fornecem uma interessante e nada desprezível margem de manobra. Referindo-se precisamente ao orçamento participativo de Porto Alegre, que ele conheceu no início da década de 90, admitiu: “[a]cho, aliás, que esta experiência particular é extremamente significativa e importante, pois ela mostra que mesmo quando uma iniciativa de participação provém de cima, pode suscitar uma verdadeira participação.” [CASTORIADIS *et al.*, 1992, p. 129]. O que não informaram a ele é que o movimento de bairros de Porto Alegre já tinha, anos antes da vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais, levantado explicitamente a bandeira do controle social do orçamento público...) Não perder o senso crítico e acautelar-se perante o Estado, portanto, são requisitos indispensáveis, mas que não justificam a atitude reducionista (sintoma de preguiça mental) de, em nome da crítica, transformar princípios gerais em obstáculos à avaliação informada e inteligente de situações concretas e suas particularidades.

Será apresentada, a seguir, uma tipologia das práticas espaciais insurgentes protagonizadas por movimentos sociais. O interesse em uma tal tipologia consiste, salvo melhor juízo, em diversas coisas: primeiramente, na possibilidade de comparar diferentes experiências de distintas regiões, países e continentes; em segundo lugar, pela oportunidade de se dispor de um panorama sistemático (ainda que não-exaustivo) das respostas dos movimentos sociais emancipatórios ao poder heterônimo – e das alternativas ao conformismo –, as quais podem ser, enquanto tal, um tipo de “fonte de inspiração” para outros movimentos no futuro; em terceiro lugar, porque se trata, ao menos potencialmente, de uma contribuição para a (auto)[r]reflexão acerca das possibilidades, das fraquezas, dos limites, das contradições e da legitimidade dessas manifestações de resistência; *last but not least*, porque a dimensão espacial tem sido largamente negligenciada ou subestimada pelos cientistas sociais devotados ao estudo dos movimentos sociais.¹¹ É certo que a utilidade de se construir uma tal tipologia não se esgota na tipologia em si mesma; é necessário, complementarmente, discutir os limites (contradições e obstáculos) das práticas espaciais dos movimentos. No entanto, essa é uma tarefa que, exclusivamente por falta de espaço, não poderá ser assumida neste artigo.

¹¹ Ver, sobre isso, Souza (2008b).

UMA TIPOLOGIA (NÃO-EXAUSTIVA) DAS PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES

As práticas espaciais propriamente insurgentes têm a ver, acima de tudo, com a ação direta. Entretanto, aquelas práticas dos movimentos “negociadas” com o Estado, mesmo sem ser diretamente insurgentes, podem ter, sim, conteúdo crítico, e mesmo ser compatíveis com metas estratégicas radicais e insurgentes, desde que as organizações dos movimentos não percam de vista o horizonte estrutural e não deixem que a tática conduza e colonize e subverta a estratégia.

Políticas públicas e instâncias participativas iniciadas e bancadas pelo Estado não podem, em si mesmas, claro está, ser consideradas insurgentes; afinal, nenhum Estado capitalista poderia desenvolver práticas, marcos legais etc. que se insurgissem, efetivamente, contra a propriedade privada e os demais pilares da ordem sócio-espacial heterônoma. É no diálogo, na negociação e no aproveitamento de margens de manobra propiciadas por governos conjunturalmente comprometidos com (e, a rigor, induzidos e pressionados a assumirem) um perfil mais ou menos crítico (redistributivo, aberto à participação direta da população etc.) que a luta institucional dos movimentos revela práticas espaciais que, ainda que indiretamente, contêm, elas (e não o Estado!), um conteúdo também insurgente. Afinal, tratar-se-ia, nesse caso, dos dois lados (luta institucional e ação direta) de uma mesma moeda (a mobilização e organização emancipatória), ainda que um dos “lados” possua um papel nitidamente subordinado em relação ao outro.

Cumprе ressaltar que nem sempre a ação direta visa, simplesmente, a atacar frontalmente o Estado, na perspectiva de uma contribuição sem mediações para a sua negação ou destruição. Muitas vezes, ela pode ter o efeito e mesmo a intencionalidade imediatos de pressionar o Estado. Em alguns casos, pode até mesmo ser um “contra o Estado” que se desdobra, na prática ou mesmo na intenção tática, em um “com o Estado”, ao se forçar o Estado não somente a ceder e conceder, mas também a sentar-se à mesa de negociações e a instituir novos canais de diálogo. Isso leva a duas séries de considerações. Primeiramente, é necessário admitir que as relações entre a ação direta e a tríade “com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado” são mais complexas do que se poderia supor, já que a ação direta pode desdobrar-se, taticamente, em luta institucional (assim como a luta institucional não partidária, estrategicamente, não pode buscar outra coisa que não

acumular forças para a ação direta, em um patamar mais elevado). Em segundo lugar, deve-se levar em conta que, se a dinâmica política define, ao longo da história, desdobramentos complexos, intencionais ou não, que abrem possibilidades, mas que também trazem riscos, entre os riscos está o do esgotamento prematuro de uma luta (e da desmobilização), levando a que um movimento social tenha dificuldades para incorporar uma visão de totalidade. Para evitar isso, cumpre aproveitar e influenciar conjunturas sem, contudo, perder-se no conjuntural, no tático, no imediato, no curto e no médio prazo. A ação direta não pode, à luz da estratégia, ser jamais reduzida ou valorizada apenas em função de suas eventuais consequências sobre práticas governamentais. Caso contrário, esvazia-se a ação direta de suas virtualidades mais profundas.

Interessam, no presente trabalho, em primeiro lugar as práticas espaciais diretamente insurgentes, vinculadas à ação direta. Mas também têm interesse aquelas práticas desenvolvidas no bojo da luta institucional – inclusive para chamar a atenção para os limites e potencialidades, vantagens e desvantagens de cada tipo.

As práticas sociais não são, necessariamente, forte ou diretamente espaciais (ou espacializadas), ainda que o espaço seja, obviamente, sempre um ingrediente básico da sociedade concreta, uma vez que ele é uma condição primária para a sociedade e a própria vida. Em termos mais específicos, contudo, o poder não é exercido apenas no espaço (o que é irritantemente óbvio), mas também através do espaço e por meio do espaço – isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de “lugar”.¹² No que diz respeito à resistência (contrapoder, insurgência),

¹² Uma discussão profunda acerca das questões teóricas e conceituais aqui envolvidas é evidentemente impossível dentro dos limites de um artigo, mas algumas observações são necessárias, visto que todos esses conceitos ainda são controvertidos e objeto de disputas teóricas. Enquanto as formas espaciais são tangíveis e relacionadas com a materialidade (espaço social em seu aspecto material – e até certo ponto visível na qualidade de paisagem –, natureza transformada pelo trabalho), territórios são entendidos, aqui, não diretamente como espaço material, mas sim como relações sociais diretamente espacializadas, e que são referenciadas pelo substrato espacial material de várias maneiras. Parcialmente sob inspiração de outros autores, ao mesmo tempo que buscando estender e suplementar suas contribuições (como, por exemplo, as de SACK, 1986), o autor do presente artigo elaborou uma abordagem do conceito de território e derivados (territorialidade, territorialização etc.) em diversos trabalhos (SOUZA, 1995, 2006a, p.331 e segs.), como uma reação consciente contra o tradicional conceito de território, herdado de autores clássicos como Ratzel (1974), em que a ideia de território é reificada. Assim, em vez de conceber territórios como “coisas” tangíveis (mais ou menos no sentido do solo do Estado-nação, conforme se pode ver, didaticamente, na POLITISCHE GEOGRAPHIE de Ratzel), e em vez de (implicitamente) privilegiar um único nível

esta é muito frequentemente exercida mediante processos de territorialização – ou seja, mediante o controle e a ocupação de espaço.

Particularmente inspirado pelo papel do espaço sob as condições do capitalismo da segunda metade do século XX, Henri Lefebvre (1976, 1981, 1983) sublinhou o fato de que o espaço social é, ao mesmo tempo, um produto social e uma realidade que condiciona as relações sociais e a capacidade humana de empreender coisas (a qual os anglo-saxônicos chamam de *agency*). Em outras palavras, Lefebvre contribuiu decisivamente para que nós pudéssemos, sem incorrer necessariamente em qualquer determinismo ou “fetichismo” espacial grosseiro, entender que as formas espaciais, as configurações territoriais e as imagens de “lugar” (para usar os termos e conceitos da maneira como hoje são corriqueiros entre os geógrafos de formação) são tanto produtos das relações sociais (e, no caso de territórios e “lugares”, relações sociais diretamente espacializadas) quanto, ao mesmo tempo, condicionadores dessas relações.

Em adição a esse aspecto, o conceito de “experiência”, tal como utilizado pelo historiador britânico Edward P. Thompson em seu famoso estudo sobre o

escalar (a saber, o do Estado-nação), no momento de aplicar o termo, o presente autor tem visto os territórios como projeções espaciais de poder, ou como “campos de força” produzidos e existindo sobre e em referência a espaços materiais. Territórios existem em todos os níveis escalares possíveis, e conquanto os fatores que explicam a sua relevância como objetos de disputa possam ser econômicos, culturais ou estratégico-militares, o território é, enquanto tal, primariamente um conceito político-espacial. Finalmente, no que concerne aos “lugares”, eles são entendidos aqui como espaços definidos simbolicamente, em relação aos quais se desenvolvem sentimentos positivos ou negativos, bem como na qualidade de espaços dotados de significado, que servem de referência para identidades sócio-espaciais complexas, mais ou menos fluidas e frequentemente interconectadas – e, aliás, não somente em nível local (SOUZA, 2006a, p.343). Este enfoque é, de algum modo, tributário das contribuições feitas por “geógrafos humanistas” tais como Relph (1976) e Tuan (1983), mas aqui o “lugar” não é visto como algo “diferente” do “espaço”, mas sim como uma das facetas do espaço social integral. Enquanto os “humanistas” encaram o “espaço” como a esfera do não-simbólico e do instrumental, em oposição ao “lugar”, que seria, por excelência, a esfera do significado, da (inter)subjetividade e da emoção, o espaço social é tomado, aqui, como um conceito de nível mais geral (e apenas nesse sentido mais abstrato), atuando como um conceito integrador. Além do mais, assim como o território, o “lugar” tampouco seria diretamente material, correspondendo, antes, às imagens construídas a partir da interação entre os homens e o espaço. Um território é um espaço social considerado a partir da perspectiva de uma dimensão específica das relações sociais – o poder, as relações de poder –, e o “lugar” corresponde ao espaço considerado a partir da perspectiva de uma outra dimensão específica – o simbolismo, a cultura, a (inter)subjetividade. Territórios são, geralmente, também “lugares”, e “lugares” são, ao mesmo tempo, territórios – e ambos, territórios e “lugares”, obviamente existem somente em relação com o espaço material (mesmo que esse espaço material não corresponda a nenhum espaço real, como no caso dos “lugares” e territórios imaginados por filósofos, poetas e escritores, da CIVITAS SOLARUM de Campanella e da UTOPIA de Thomas Morus aos espaços do 1984 de Orwell ou do ADMIRÁVEL MUNDO NOVO de Huxley, ou ainda às CIDADES INVISÍVEIS de Calvino).

“fazimento” (*making*) da classe trabalhadora inglesa, pode nos auxiliar a compreender melhor o papel do espaço para os movimentos urbanos emancipatórios de nossos dias. Thompson mudou a nossa maneira de definir “classe social”, a qual, para ele, não era redutível a uma realidade puramente objetiva (ou uma “estrutura”), mas sim uma relação (ou um quadro de relações) historicamente construída e mutável. As pessoas, no seu entendimento, se constituem a si mesmas enquanto classe através de sua experiência de trabalho, resistência e luta, de sua experiência de vida. De seu ponto de vista, “(...) a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p.10). Além do mais, enquanto “[a] experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”, Thompson reconhecia que a “consciência de classe” (vale dizer, “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”) não é algo determinado. Atualmente, muitos movimentos sociais, em diferentes países, dos *piqueteros* argentinos aos sem-teto brasileiros, constroem suas identidades fortemente sobre a base de práticas de territorialização ou, mais amplamente, de práticas espaciais insurgentes. Similarmente ao “fazimento” da classe trabalhadora inglesa, analisado por Thompson, o “hiperprecariado”¹³ contemporâneo vem-se “fazendo” a si

¹³ O autor deste artigo começou a utilizar o neologismo “hiperprecariado”, cunhado com a finalidade de evitar o termo “lumpemproletariado”, recentemente (SOUZA, 2008a, p. 130-132, nota 38). A palavra alemã *Lumpenproletariat* (literalmente, “proletariado em farrapos”) tornou-se um termo tradicional do vocabulário marxista já muito cedo, desde que foi utilizado por Marx e Engels em obras como o MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, mas ela é bastante problemática devido aos seus pressupostos. Marx e Engels consideraram os *Lumpenproletarier* como uma massa amorfa, um grupo potencialmente reacionário formado por diferentes tipos de pessoas, em relação às quais eles empregaram várias expressões discriminatórias (e não raro de sabor moralista), tais como “rebotallo do proletariado” ou “putrefação passiva das camadas inferiores da velha sociedade”... Em contraste com isso, o *Proletariat* ou a *Arbeiterklasse* (= classe trabalhadora) foi considerada como virtuosa e suposta como sendo o verdadeiro protagonista da mudança social rumo ao socialismo. Enquanto Marx e Engels viram o *Lumpenproletariat* como sendo algo residual e essencialmente conservador, ambos os aspectos não descrevem adequadamente a realidade contemporânea do “hiperprecariado” em países semiperiféricos como o Brasil, a Argentina ou a África do Sul: em primeiro lugar, porque nesses países os trabalhadores informais e “hiperprecariados” não são nem “residuais” nem propriamente uma minoria pouco significativa; em segundo lugar, porque o seu papel político está longe de ser essencialmente conservador, a despeito de muitas dificuldades e algumas contradições.

próprio enquanto um grupo com identidade própria (ou, talvez, propriamente como uma classe) largamente em meio a experiências das quais as práticas espaciais são componentes essenciais, como nos mostram vividamente os *piqueteros* e, em menor magnitude, os sem-teto.¹⁴

Antes de passar à proposição da tipologia propriamente dita, é útil apresentar algumas ferramentas classificatórias. Práticas espaciais insurgentes podem ser...

a) ...violentas ou não-violentas. Sob “violentas”, a referência é feita àquelas práticas insurgentes nas quais a violência é um propósito deliberado. Conquanto a maioria dos protestos seja, em princípio, formada por protestos não-violentos (excetuando-se o terrorismo e a guerrilha, naturalmente), é claro que protestos não-violentos (marchas, *go-ins* etc.) amiúde envolvem algum tipo de violência, mas esta é, geralmente, perpetrada acima de tudo e em primeiro lugar pela polícia – e seria injusto e impreciso considerar a pura autodefesa durante um ato de repressão como um exemplo de prática espacial insurgente “violenta”.

b) ...duráveis ou efêmeras. A distinção entre “durável” e “efêmera” também é largamente baseada na intenção dos agentes. *Squatting*, por exemplo, pode ser efêmero, uma vez que *squatters* podem ser desalojados em uma questão de dias ou mesmo horas após uma ocupação; apesar disso, *squatting* comumente é empreendido tendo em vista uma permanência de longo prazo.

c) ...imediatamente políticas” ou “imediatamente culturais”. Todas as práticas espaciais insurgentes são simultaneamente políticas e culturais (sem contar o fato de que também apresentam várias conexões com problemas econômicos/materiais), uma vez que o poder e o simbolismo nunca estão ausentes das relações sociais. Entretanto, em muitos casos, a dimensão do poder está em primeiro plano, ao passo que em outros a dimensão cultural é imediatamente mais evidente.

d) ... “ruidosas” ou “silenciosas”. Enquanto a maior parte das formas de protesto explícitas e conscientes são “ruidosas” em algum sentido (ou seja, as pessoas literalmente gritam, cantam, manifestam seu descontentamento de modo barulhento), em alguns casos o protesto é expresso “silenciosamente”,

¹⁴ Ver, sobre a importância da espacialidade entre os *piqueteros*, especialmente Zibechi (2003, 2007); sobre os sem-teto, vide Souza (2006a, p. 174, 288, 306 e segs., 2006b, p. 332-333).

por exemplo mediante ações gráficas (como a grafiteagem de muros e paredes com pinturas e mensagens de protesto).

e) ... “abertas” ou “(às) escondidas”. O ideal do poder heterônomo, especialmente do Estado, é ver sem ser visto; para protestos não-violentos, por outro lado, o máximo de visibilidade é uma necessária fonte de legitimidade e poder. Todavia, algumas formas de ação insurgente não são predominantemente conduzidas à luz do dia, a fim de evitar perseguições (como no caso, mais uma vez, da grafiteagem).

f) ...local ou supralocal (e, às, vezes, transnacional). De todo modo, uma das tarefas do pesquisador, não menos que do ativista, é considerar as possibilidades e os caminhos pelos quais uma demanda ou luta local pode se tornar visível e articulada supralocalmente...

Em todas as seis situações de oposição binária expostas acima, é possível ver menos ou mais claramente os limites de um modo “cartesiano”, “linear” de pensar (ou, em termos castoriadianos, os limites da lógica identitário-conjuntista [CASTORIADIS, 1975, 1986a, 1986b]). Dado que as fronteiras concretas são muito frequentemente *fuzzy*, oposições binárias desse tipo não conseguem fazer justiça à complexidade da realidade sócio-espacial. Não obstante, é necessário dispor de certos critérios com os quais se possa organizar e descrever o material empírico. Em outras palavras, ferramentas classificatórias são úteis, mesmo que em grau limitado; elas podem e devem ser empregadas, mas sempre com cuidado para não se superestimar o seu alcance. As práticas espaciais constituem, com muita frequência, uma realidade fluida: por exemplo, uma mesma prática pode combinar aspectos “ruidosos” e “silenciosos”.

Considerem-se, agora, tipos específicos de práticas espaciais insurgentes.

O *squatting* apresenta uma longa tradição internacional – das ocupações de prédios (*Hausbesetzungen*) conduzidas pelos “autônomos” (*Autonomen*) na Alemanha (especialmente nos anos 80) às ocupações de terrenos e prédios pelos sem-teto no Brasil (particularmente a partir dos anos 90).¹⁵ No que toca ao pla-

¹⁵ A expressão sem-teto tem sido algumas vezes utilizada, no Brasil, sobretudo pela grande imprensa, para designar aquilo que, eufemisticamente, também se denomina “população de rua” (os *homeless* dos países de língua inglesa); um outro emprego, que é aquele do próprio movimento

no das intenções, o *squatting* é usualmente caracterizado por ações não-violentas, conquanto confrontos com as forças de repressão do Estado ocorram muito frequentemente. Ainda no que concerne à intencionalidade, ele é durável, mas despejos decididos e concretizados com rapidez podem, às vezes, impedir que os *squatters* permaneçam nos imóveis por mais que alguns dias. Se bem que o *squatting* seja “imediatamente político”, muitos *squatters* desenvolvem atividades culturais variadas, as quais podem até mesmo se tornar uma atividade central ou uma de suas atividades principais (como no caso de Amsterdã, em relação ao qual a questão sobre em que extensão *squatters* teriam sido ou viriam sendo cooptados, enquanto transformando-se parcialmente em “*providers of cultural services*”, animou um vívido debate anos atrás – [vide PRUIJT, 2003, 2004; UITERMARK, 2004]).

O *squatting* tem muito a ver com o tipo de prática especial insurgente que foi chamado de “*guerrilla architecture*” por Robert Goodman:

Eu tenho encontrado, naquilo que pode ser chamado de arquitetura de guerrilha [*guerrilla architecture*], que o estilo de ação, de fato, desempenha um papel crucial ao determinar a efetividade de uma demanda. Isso é mais claramente o caso com a moradia em áreas ocupadas [*squatters' housing*] na América do Sul [Goodman se refere às favelas, *barriadas* etc.] e também, crescentemente, nos Estados Unidos [aqui ele se refere a prédios ocupados]. Recentemente, em Boston, um grupo de famílias de baixa renda ocupou apartamentos em seu bairro que haviam sido reformados pouco tempo antes, sem que os inquilinos de alta renda tivessem chance de mudar-se para lá. Em um mês, o senhorio foi forçado a baixar os aluguéis, e a agência responsável por moradia pública foi obrigada a providenciar um subsídio para as famílias poderem pagar os aluguéis. Na cidade de Nova Iorque, ações similares têm forçado órgãos municipais a tornar a habitação disponível para pessoas de baixa renda. Em um caso, os ocupantes [*squatters*] se organizaram sob a bandeira “Operação Ocupação” [*Operation Move-In*]. Trabalhando à noite, com pés-de-cabra, as pessoas abriram portas e janelas dos apartamentos cuja demolição havia sido determinada pela Prefeitura. Os apartamentos estavam, frequentemente, em uma condição bastante razoável (GOODMAN, 1971, p. 188-189).

Contudo, a “*guerrilla architecture*” também pode se referir a outras ações que não o *squatting*, e a outras coisas que não apenas as melhorias que os *squat-*

social e que, portanto, é o esposado pelo autor deste texto, corresponde à percepção do sem-teto como um tipo específico de *squatter*, que tampouco se confundiria com o favelado. Os ativistas do movimento dos sem-teto são, em realidade, um tipo de *squatters* geralmente bastante politizados, típicos das condições de um país semiperiférico como o Brasil (em que os *squatters* são, basicamente, pessoas pobres, comumente trabalhadores informais em situação “hiperprecária”, e não jovens de classe média, como é usual na Europa e mesmo nos EUA).

ters realizem em seu espaços de moradia. Talvez a concepção de espaços novos e criativos, em geral, também admita ser entendida como uma espécie de “*guerilla architecture*”, mesmo nos casos em que, na origem, não se trate de uma territorialização de confronto como o *squatting* – ao menos nos casos em que a dimensão de insurgência seja evidente. Robert Goodman empregou a expressão “*liberated zones*” para descrever a criação daquilo que o autor do presente texto tem denominado “territórios dissidentes”, tais como centros sociais de espírito crítico ou espaços educacionais alternativos.

Centros sociais (*social centres*) são, juntamente com os muitos outros tipos de territórios dissidentes, um tipo de “heterotopia”, para empregar o interessante e vago termo proposto por Foucault (2006) – mais especificamente, um tipo que se poderia chamar de “heterotopia emancipatória”. Eles frequentemente existem em prédios ocupados e são (co-)organizados por *squatters*, de modo que se pode observar uma íntima conexão entre os dois movimentos; contudo, às vezes os centros sociais são abrigados em espaços alugados. Em contraste com os “centros comunitários” (“*community centres*”), expressão utilizada para designar espaços e atividades conduzidos ou sancionados pelo aparelho de Estado ou por organizações privadas, os centros sociais são independentes do Estado e se opõem ao *status quo* capitalista. Tipicamente, eles desenvolvem várias modalidades de atividades não-lucrativas (como festas, reuniões, cursos, exposições etc.), e as pessoas que com eles colaboram o fazem de maneira voluntária. A criação e a manutenção de centros sociais é, atualmente, um dos traços mais característicos da atuação de ativistas e movimentos emancipatórios através do mundo, do Reino Unido (onde existe até mesmo uma *Social Centre Network*, a qual almeja pôr em contato “o crescente número de espaços autônomos [*autonomous spaces*] para compartilharem recursos, ideias e informação” [LARC, 2008]) à Itália (onde centros sociais têm sido importantes desde os anos 70), à Holanda (que possui uma tradição tão relevante quanto a isso como no que concerne ao *squatting*) e à Argentina (onde centros sociais têm sido criados por *piqueteros* ou por ativistas conectados à “cena” *piquetera*).¹⁶

Ao lado das atividades culturais e políticas, atividades econômicas são, às vezes, e particularmente nas cidades de países (semi)periféricos, muito impor-

¹⁶ Consulte-se, sobre os centros sociais e a sua espacialidade, Pickerill e Chatterton (2006).

tantes em espaços tais como prédios ocupados, fábricas “apropriadas” (territorializadas) e geridas pelos operários após processos de falência, e assim segue. Clubes de troca e feiras de troca têm-se multiplicado no Brasil desde os anos 90, mas *clubs de trueque* e *ferias de trueque* têm sido especialmente importantes na Argentina, onde uma crise econômica devastadora e a desvalorização da moeda nacional levaram muita gente a desenvolver mercados paralelos com a ajuda de “moedas alternativas” (as chamadas *monedas sociales*; no Brasil, a experiência com “moedas sociais” é ainda incipiente). A criação desses mercados alternativos pode muitas vezes ser entendida, juntamente com a fundação de cooperativas em espaços ocupados por sem-teto e a recuperação de fábricas pelos próprios trabalhadores (como é bem ilustrado pelas *fábricas recuperadas* da Argentina, conquanto processos semelhantes também venham ocorrendo no Brasil e em outros países) como práticas espaciais insurgentes. A relevância dessas atividades econômicas é múltipla, indo bem além da geração de renda para o consumo individual: por exemplo, aspectos político-pedagógicos (criação de oportunidades de trabalho mais ou menos independentemente do Estado e do mercado capitalista e sobre fundamentos outros que não uma relação de assalariamento) e o financiamento de atividades culturais e políticas.

Tanto espaços ocupados quanto centros sociais (independentemente de se localizarem em imóveis territorializados por *squatters* ou não) representam territórios dissidentes. Mas territórios dissidentes também podem corresponder a/abrigar outras práticas espaciais, tais como aquelas que intencionalmente produzem territorializações efêmeras com o propósito de atrair atenção e/ou perturbar algumas atividades e agentes: por exemplo, a ocupação temporária de espaços que são política, econômica ou simbolicamente relevantes (ruas, estradas, espaços públicos situados perto ou em frente de prédios “icônicos” que abrigam instituições estatais). Essa forma de territorialização efêmera é, às vezes, acima de tudo uma ação de protesto (como no caso de certos protestos já várias vezes realizados por ativistas do movimento dos sem-teto no Brasil), e às vezes uma combinação de protesto político com ações destinadas a ser um estorvo para a produção capitalista ou a circulação de mercadorias (como é o caso dos *cortes de ruta* ou *piquetes* realizados pelos *piqueteros* na Argentina); às vezes, por fim, trata-se simplesmente de um protesto com evidente caráter lúdico (como ocorre com as *street parties* convocadas pela organização *Reclaim the Streets*, no contexto do que eles chamam de “*Temporary Autonomous Zones*”

– ou, então, para dar mais um exemplo, como foi o caso da “ocupação pacífica” do *shopping center* Rio Sul, no Rio de Janeiro, em agosto de 2000, por ativistas da organização de sem-teto MTST,¹⁷ ocupação essa que foi um criativo exemplo de *go-in*, em especial o lanche que os ativistas fizeram, com seus sanduíches trazidos de casa, na Praça de Alimentação do *shopping center*, para horror de muitos dos frequentadores chiques do local).

Bloqueios de ruas/estradas têm sido praticados por ativistas de movimentos sociais em todo o mundo, dos EUA à África do Sul, da Europa ao México. Talvez o mais impressionante exemplo venha da Argentina, onde os *piqueteros* converteram os bloqueios em uma forma central de protesto e, ao mesmo tempo, em um símbolo e um fator de identidade. Um piquete é, como disse um líder *piquetero* em depoimento prestado ao autor em Buenos Aires em março de 2007, “*el paro de los desempleados*”. De fato, a origem dos *piquetes* (mesma palavra utilizada na América Latina hispânica e no Brasil) se dá no próprio movimento operário, correspondendo à tentativa dos sindicalistas e ativistas sindicais de impedir que companheiros de trabalho entrem para trabalhar na fábrica durante uma greve. Ao longo dos anos 90 os *piqueteros* argentinos estenderam e adaptaram a tática para servir como ferramenta de protesto contra o desemprego.

Territórios dissidentes podem ser estáveis ou (mais usualmente) instáveis, dependendo do grau de confrontação com o Estado e as classes dominantes, o que pode transformá-los em espaços altamente disputados. Uma luta institucional conduzida com habilidade, posteriormente ou paralelamente à ação direta de, por exemplo, ocupar um terreno ou imóvel, tende a ser decisiva para se conquistar a segurança jurídica da posse. Algumas (poucas) vitórias já vêm sendo alcançadas pelo movimento dos sem-teto brasileiro dessa maneira. O desafio é evitar que, no bojo da negociação com o Estado, se instale um clima propício à cooptação ou se criem as condições para uma desmobilização e descaracterização do movimento social.

Um tipo de ação silenciosa e tipicamente não-violenta é aquilo que os “situcionistas” chamavam de “deriva” (*dérive*), que acontece quando as pessoas deixam de lado motivos estandardizados para o movimento e a ação em favor da absoluta espontaneidade, “abandonando-se às atrações do terreno” e cami-

¹⁷ O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) é a mais consolidada organização do movimento dos sem-teto no Brasil. Ela tem atuado principalmente em São Paulo, com manifestações esporádicas em outros estados.

nhando sem destino pré-fixado através das ruas, de modo totalmente aberto à contingência e aos encontros inesperados. Uma outra prática dos “situacionistas” é o “desvio” (*détournement*), o qual tem lugar quando artistas subvertem os meios existentes com o objetivo de criar novas obras, cujas mensagens são, muitas vezes, opostas àquelas das obras originais. Como se vê, as práticas espaciais “situacionistas” combinam explicitamente arte e vida, arte e subversão.

Há algumas similaridades visíveis entre a *dérive* e aquele tipo de resistência à qual o pensador francês Michel de Certeau dedicou sua atenção preferencial. Assim como Foucault (que exerceu considerável influência sobre de Certeau), Michel de Certeau também soube perceber a relevância do espaço social; por outro lado, ele tencionou fazer aquilo que seu interlocutor um tanto “pessimista”, Foucault, não empreendeu: oferecer uma análise dos aspectos criativos e subversivos da atividade humana no contexto de ambientes planejados, situações regradas e cidades construídas sob a direção de poderes heterônomos. Se ele alcançou consistentemente esse objetivo, essa é uma questão que não poderá ser adequadamente examinada aqui. Seja lá como for, ele sublinhou algo que merece ser cuidadosamente considerado: as práticas humanas no campo do consumo cotidiano, correspondentes às “operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina” (DE CERTEAU, 1996, p. 37), não se revela, quando de uma inspeção mais cuidadosa, uma espécie de reino do conformismo absoluto. O uso da infraestrutura e do espaço em desacordo com o modo prescrito pelos construtores ou pelo Estado (por meio de normas e planos) é algo muitíssimo frequente – e uma forma de subversão. Para ele, os consumidores não são inteiramente passivos e obedientes, e as maneiras como o ambiente é vivenciado e produzido na esfera do cotidiano pelas pessoas comuns – por exemplo, ao caminharem pelas ruas e praças – jamais são completamente determinadas pelos planos elaborados por planejadores profissionais, muito embora essas maneiras sejam, obviamente, menos ou mais influenciadas e condicionadas pelas ações e regras planejadas e empreendidas pelas instituições do aparelho de Estado (assim como pelas empresas privadas). Fenômenos como os atalhos frequentemente tomados por pedestres, que criam seus próprios “caminhos preferenciais”, ou o caminhar despreocupado e “sem rumo certo”, ignorando o espaço-tempo utilitário do capitalismo, corresponderia a certas formas de resistência e de astúcia. No entanto, enquanto a *dérive*, o “meandrar” ou “flanar” pelas ruas, no estilo preconizado pelos “situacionistas”,

é algo reflexivamente consciente, a atividade de produção do espaço pelos consumidores, no sentido explorado por de Certeau, não equivale a uma ação política refletida; ela pode ser uma resistência “silenciosa”, mas não é um protesto deliberado ou parte de um experimento como a *dérive*, o *détournement* ou, ainda, a grafitagem de muros e paredes por militantes do movimento *hip-hop*.

Enquanto a grafitagem é uma prática espacial insurgente que corresponde a um protesto “silencioso” – muros são “territorialmente marcados” e significados são atribuídos “em silêncio”, geralmente também às escondidas... –, outros componentes da cultura *hip-hop* em cujo contexto a arte do grafite se desenvolveu são proverbialmente “ruidosos”: a *rap music* e a *break dance*. Os territórios duráveis do *hip-hop* (chamados de “posses”) são também uma modalidade de territórios dissidentes, e tal como as práticas “situacionistas” e muitos centros sociais, eles apresentam uma conexão essencial com a arte e a cultura.¹⁸

Sejam agora apresentados, finalmente, seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes, os quais, presume-se, são capazes de abranger um sem-número de manifestações empíricas particulares:

- Territorialização em sentido estrito: “apropriação” e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física (*squatted buildings*, *piquetes* etc.).
- Territorialização em sentido amplo: territórios são identificados, direitos formais e prerrogativas legais de proprietários privados são desafiados e regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos e sem a presença física duradoura dos transgressores/desafiadores (como é sobejamente ilustrado pelas ações clandestinas de grafitagem).
- Refuncionalização/reestruturação do espaço material: adaptação do substrato espacial material a novas necessidades. O espaço material precisa ser adaptado a novas funções no transcurso da manutenção duradoura de territórios dissidentes; quase axiomáticamente, práticas espaciais insurgentes não podem ser exercidas no mesmo ambiente espacial criado pelas práticas espaciais heterônomas. Às vezes essa adaptação pode ser alcançada através de intervenções físicas mínimas, utilizando-se espaços preexistentes de uma maneira nova e criativa (refuncionalização de formas espaciais); às vezes o espaço material

¹⁸ Consulte-se Rodrigues (2005) sobre as conexões entre a cultura, a política e a espacialidade no movimento *hip-hop*, com destaque para o quadro brasileiro.

preexistente necessita ser reconstruído ou fortemente modificado (reestruturação da organização do espaço material).

- Ressignificação de “lugares”: a cultura, o simbolismo e o discurso na qualidade de “campos de batalha”.
- Construção de circuitos econômicos alternativos: desenvolvimento de alternativas mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalistas (emprego assalariado, hierarquia de rendimentos etc.) no que se refere à geração de renda, à produção, à comercialização e ao consumo.
- Construção de redes espaciais: estratégias multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes, o que permite que sejam alcançadas sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos, de eficiência logística, de solidariedade pública e de ajuda mútua entre organizações e ativistas de vários lugares.

As práticas espaciais referentes aos tipos acima elencados têm sido usualmente combinadas umas com as outras, no âmbito de estratégias sócio-espaciais (SOUZA, 2006b, p. 332, 340, nota 7). Um exemplo interessante é fornecido por algumas das ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro, as quais representam algo que poderia ser chamado de “revitalização de baixo para cima”. Em contraste com a linguagem amplamente difundida do planejamento urbano conservador, o qual fala de “revitalização” referindo-se a processos durante os quais áreas “degradadas” (como instalações portuárias decadentes) e/ou bairros pobres são submetidos a uma “gentrificação” e tornados úteis para propósitos capitalistas (como se antes esses espaços estivessem “mortos”, “sem vida”, o que, especialmente no caso de áreas residenciais populares, chega a ser uma afronta), uma “revitalização de baixo para cima” equivale a uma situação na qual alguns agentes (como *squatters*, sem-teto etc.) assumem o controle de espaços “abandonados” com a finalidade de lhes dar alguma função social legítima. “Revitalização de baixo para cima” parece ser, com efeito, uma expressão adequada para designar o que acontece com espaços ociosos (prédios vazios, por exemplo) que sofrem a ação de práticas espaciais insurgentes. Ocupações de sem-teto como Quilombo das Guerreiras e Chiquinha Gonzaga, localizadas em prédios situados na Zona Portuária do Rio de Janeiro, representam uma combinação de territorialização em sentido estrito com refuncionalização/reestruturação do

espaço material e ressignificação de “lugares”. Nelas têm ocorrido, igualmente, tentativas de desenvolver alternativas às relações de trabalho capitalistas (ou seja, tentativas de construção de circuitos econômicos alternativos), sob a forma de cooperativas. Infelizmente, contudo, no que concerne à construção de redes espaciais, o movimento dos sem-teto brasileiro ainda está distante de alcançar a notoriedade e a importância internacionais que os zapatistas mexicanos e os *piqueteros* argentinos (ou os sem-terra brasileiros) alcançaram, conquanto a construção de redes – às vezes conduzida de modo genuinamente autogestionário – esteja embrionariamente presente também entre eles.

Seja lá como for, cumpre ressaltar que os seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes anteriormente descritos, e especialmente o último deles, podem ser viabilizados ou fortalecidos por meio de uma “política de escalas” (*politics of scale*). A “política de escalas” admite ser definida, em uma primeira e muito sumária aproximação, como a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.).¹⁹ As mais diferentes situações e combinações escalares podem ter lugar: um movimento de base local ou regional acessar, com a ajuda de mediadores ou apoiadores de fora do local ou região, diretamente a arena global, para graças a isso sensibilizar mais facilmente uma arena nacional; capilarizar as articulações entre local, regional e nacional, ganhando consistência e força para acessar uma arena global e, com isso, reforçar as pressões sobre o Estado nacional; pular completamente o nível nacional (ou também o regional) e, com a ajuda das modernas tecnologias de comunicação (Internet, vídeos), dirigir-se a uma audiência internacional...

¹⁹ O marco fundamental do interesse pela reflexão teórica em torno das escalas geográficas (de análise e ação) e daquilo que viria a ser conhecido como “política de escalas” é, seguramente, Lacoste (1988), mas foi no ambiente intelectual anglo-saxônico, na década de 90, que o assunto passou a despertar enorme atenção, desenvolvendo-se extraordinariamente. Ilustrativos do vertiginoso interesse pela temática das escalas e da *politics of scale*, bem como do refinamento já alcançado no trato da mesma, são, entre muitos outros, os seguintes trabalhos: Gardner; Greer (1996), Mars-ton (2000), Howitt (2000), Swyngedouw (2000, 2004), Smith (2004), Gough (2004) e Cidell (2006).

PARA ARREMATAR

As práticas espaciais sempre foram importantes para os movimentos sociais (e para os ativismos sociais em geral), se bem que para uns bem mais que para outros. O que ocorre é que, hoje em dia, elas, em sua grande diversidade, se mostram decisivas para muitos movimentos. Tomando como referência empírica a América Latina, Raúl Zibechi (o qual, registre-se, não é geógrafo de formação) salienta que “[*Las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica*]” (ZIBECHI, 2007, p. 26). O próprio Zibechi lida aprofundadamente com vários exemplos concretos de movimentos e suas práticas, citando algumas frases lapidárias de outros autores a respeito de alguns deles: “[*Las ‘tomas’ de las ciudades de los indígenas representan la reapropiación, material y simbólica, de un espacio ‘ajeno’ para darle otros contenidos*]” (Dávalos apud ZIBECHI, 2007, p. 26); “[*La acción de ocupar la tierra representa, para el campesino sin tierra, la salida del anonimato y es su reencuentro con la vida*]” (CALDART apud ZIBECHI, 2007, p. 26). E o próprio Zibechi fornece uma frase que sintetiza muito da densidade espacial dos piqueteros argentinos, nos planos prático-político e simbólico: “[*Los piqueteros sienten que el único lugar donde la policía los respeta es en el corte de la ruta*]” (ZIBECHI, 2007, p. 26).

Vale a pena lembrar Foucault. É bem verdade que ele, com o seu “estruturalismo” (que o acompanhou, ainda que residualmente, até quase o final de sua vida, embora suas últimas obras sobre a história da sexualidade revelem um resgate do papel do sujeito), subestimou ou negligenciou as revoluções, e hiperfocalizou a disciplina e o controle em detrimento da rebelião, o poder heterônomo em detrimento do contrapoder anti-heterônomo. Ele subestimou, na realidade, a história como criação radical, no sentido descortinado por Castoriadis (1975, 1986a, 1986b). Em consequência, negligenciou a possibilidade de uma autoinstituição lúcida da sociedade. Seu “pessimismo” impediu-o de ir da crítica da heteronomia ao vislumbre da autonomia. Não obstante isso, não somente o refinamento do conceito de poder empreendido por ele, mas também a sua constante valorização do espaço fazem com que seus ensinamentos se mostrem preciosos na hora de se esquadriñar as práticas espaciais dos ativismos sociais. No início de uma conferência proferida em 1967 e publicada muitos anos mais tarde, ele observa que “[a] grande mania que obcecou o século XIX foi, como se sabe, a história”, para ponderar em seguida: “[a] época atual seria

talvez de preferência a época do espaço” (FOUCAULT, 2006, p. 410). Mais de quatro décadas depois, provavelmente essa intuição é ainda mais correta hoje do que no momento em que foi formulada, e disso uma grande quantidade de ativismos sociais vem dando um convincente testemunho.

Isso não significa que não haja obstáculos a superar. Mesmo sem ter podido abordar aqui, dadas as restrições de um artigo, as limitações intrínsecas a certas práticas espaciais, é possível avançar a interpretação de que, de um ponto de vista tático, as práticas espaciais insurgentes anteriormente apresentadas têm se mostrado, em maior ou menor grau, eficazes. Entretanto, também já agora é razoável postular que, de um ângulo estratégico, aprimoramentos fazem-se necessários – não somente no que tange às práticas espaciais em si mesmas, mas sim no que toca ao conjunto das ações conduzidas pelos agentes vinculados aos movimentos –, mormente no que diz respeito a uma combinação cada vez mais madura e prudente da ação direta com a luta institucional. Sem isso, a vulnerabilidade dos movimentos em face da cooptação (ou, no extremo oposto, do isolamento), não raro até mesmo dos mais originais e aguerridos, continuará a ser uma grande fonte de preocupação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2.^a ed., 1983 [1958].
- _____. *Da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985 [1970].
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a [1972].
- _____. *The City and the Grassroots*. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1983b.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- _____. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983a [1979]. p. 11-34.
- _____. A fonte húngara. In: *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983b [1976]. p. 257-287.
- _____. A questão da história do movimento operário. In: *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985a [1973]. p. 11-78.
- _____. Proletariado e organização, I. In: *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985b [1959]. p. 147-187.
- _____. L'imaginaire: la création dans le domaine social-historique. In: *Domaines de l'homme – Les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Seuil, 1986a. p. 219-237.
- _____. La logique des magmas e la question de l'autonomie. In: *Domaines de l'homme – Les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Seuil. 1986b. p. 385-418.

- _____. Pouvoir, politique, autonomie. In: *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil. 1990. p. 113-139.
- _____. La démocratie comme procédure et comme régime. In: *La montée de l'insignifiance – Les carrefours du labyrinthe IV*. Paris: Seuil. 1996. p. 221-241.
- _____. Quelle démocratie? In: *Figures du pensable – Les carrefours du labyrinthe VI*. Paris: Seuil. 1999. p. 145-180.
- CASTORIADIS, Cornelius *et al.* *A criação histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1992.
- CIDELL, Julie. The place of individuals in the politics of scale. *Area*, 38(2), p.196-203. 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.): *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. p. 15-47.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2.^a edição. 1996 [1990].
- DELANEY, David; LEITNER, Helga. The political construction of scale. *Political Geography* vol.16, nº 2, p.93-97. 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 4.^a ed. 1984 [1979].
- _____. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 4.^a ed. 1986 [1975].
- _____. Outros espaços. In: *Michel Foucault – Estética: Literatura e pintura, música e cinema* (Ditos & escritos, III). Rio de Janeiro e São Paulo: Forense Universitária, 2.^a edição. 2006 [1967].
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes. 2008 [1978].
- GARDNER, Florence; GREER, Simon. Crossing the river: How local struggles build a broader movement. *Antipode*, 28(2), p.175-192. 1996.
- GOODMAN, Robert. *After the Planners*. New York: Simon and Schuster. 1971.
- GOUGH, Jamie. Changing scale as changing class relations: variety and contradiction in the politics of scale. *Political Geography*, vol. 23, p.185-211. 2004.
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. El significado de la revolución hoy. Buenos Aires: Ediciones Herramienta (em colaboração com a Benemérita Universidad Autónoma de Puebla), 3.^a ed. 2005 [2002].
- HOWITT, Richard. Scale. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TUATHAIL, Gearóid (orgs.) *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell. 2003. p. 138-157 [Uma versão preliminar, sob o título “Nests, webs and constructs: contested concepts of scale in political geography”, havia sido disseminada pela Internet em 2000.]
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus. 1988 [1976].
- LARC. London Action Resource Centre. *Social Centre Network*. Londres, 2008. Disponível em: <http://www.londonarc.org/social_centre_network.html> Acesso em: 09 de out. 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. El derecho a la ciudad, II. Barcelona: Península. 1976 [1972].
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos. 1981 [1974].
- _____. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 4.^a ed. 1983 [1970]. (edição brasileira: Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999).

- MARBÁN, José Sotelo. *Oaxaca: Insurgencia civil y terrorismo de Estado*. México (D.F.): Era. 2008.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. *Progress in Human Geography* vol. 24, nº 2, p. 219-242. 2000.
- MILLER, Byron. *Geography and Social Movements*. Comparing Antinuclear Activism in the Boston Area. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press. 2000.
- PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. *Progress in Human Geography* 30(6), p.730-746. 2006.
- PRUIJT, Hans. Is the institutionalization of urban movements inevitable? A comparison of the opportunities for sustained squatting in New York City and Amsterdam. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(1), p.133-57. 2003.
- _____. Squatters in the creative city: rejoinder to Justus Uitermark. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(3), p.699-705. 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal. 1985 [1978].
- RATZEL, Friedrich. *Politische Geographie*. Osnabrück: Otto Zeller Verlag, 3.^a edição. 1974 [1897].
- REBÓN, Julián; SAAVEDRA, Ignacio. *Empresas recuperadas: La autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital Intelectual. 2006.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. Londres: Pion. 1976.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Geografias insurgentes*. Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip-hop. Dissertação de Mestrado em Geografia pela UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo. 2005
- SACK, Robert David. *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SMITH, Nei. Scale Bending and the Fate of the National. In: McMASTER, Robert; SHEPARD, Eric (orgs.): *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell. 2004. p. 192-212.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro?* Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. Dissertação de Mestrado em Geografia pela UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo. 1988.
- _____. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.): *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. p. 77-116.
- _____. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, nº 1, p.5-22. 1996.
- _____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, nº 3, p.13-35. 1997.
- _____. *O desafio metropolitano*. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000a.
- _____. Urban Development on the Basis of Autonomy: a Politico-philosophical and Ethical Framework for Urban Planning and Management. *Ethics, Place and Environment*, vol. 3, nº 2, p.187-201. 2000b.
- _____. *Mudar a cidade*. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

_____. *A prisão e a ágora*. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006a.

_____. *Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as "critical urban planning" agents*. *City*, 10(3), p.327-42. 2006b.

_____. *Fobópole*. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008a.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. (orgs.): *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE, CLACSO e FAPERJ. 2008b. p. 367-384.

SWYNGEDOUW, Eric. Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space* vol.18 p. 63-76. 2000.

SWYNGEDOUW, Eric. Scaled geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale In: McMASTER, Robert; SHEPPARD, Eric (orgs.) *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell. 2004. p. 129-153.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa (I = A árvore da liberdade)*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra. 1987 [1963-1968]

TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil. 1973.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & lugar*. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL. 1983 [1977].

UITERMARK, Justus. The co-optation of squatters in Amsterdam and the emergence of a movement meritocracy: a critical reply to Pruijt. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(3), p.687-98. 2004.

ZIBECHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta*. Argentina: la sociedad en movimiento. Buenos Aires e Montevideu: Letra Libre e Nordan-Comunidad. 2003.

_____. *Autonomías y emancipaciones*. América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos. 2007.

Recebido em: 20/03/2010

Aceito em: 03/05/2010